

Repensar a prática profissional dos Assistentes sociais em contexto escolar: impactos da COVID 19

Tatiane Valduga¹
Joana Brinca²
Elisete Diogo¹
Isabel Muñoz¹

Resumo:

A transversalidade conjuntural das consequências imprevisíveis emanadas pela emergência da pandemia inscreve-se em dimensões materiais, socioeconómicas, físicas e psicológicas. No domínio académico e profissional, as implicações refletem-se, com especial incidência em alunos, famílias e em dinâmicas profissionais transformadas. Intentando identificar as práticas profissionais dos assistentes sociais integrados em contextos escolares e as repercussões da crise sanitária, recorre-se à aplicação de um inquérito por questionário. Os resultados apresentam significativos constrangimentos no quadro das imposições dirigidas ao meio escolar, nomeadamente os desafios da transferência e adaptação ao teletrabalho e ao ensino à distância, e a insuficiência de respostas ajustadas às necessidades, de alunos e das suas famílias, emergentes e agudizadas neste período. Conclui-se que este estudo não esgota o assunto, sugerindo-se a realização de futuras reflexões e investigações no sentido de garantir atempadamente planos de contingência mais eficazes na observância dos direitos dos alunos e das suas famílias, mitigando os impactos negativos das crises. Sublinha-se a centralidade do investimento na prevenção, traduzindo-se num trabalho junto da comunidade, condutor do seu fortalecimento e sustentabilidade para possíveis contextos de emergência social.

Página | 64

Palavras-chave: Serviço Social na Escola; Práticas Profissionais; Pandemia.

Abstract

The transversality, of unpredictable consequences emanating from the emergence of the pandemic, is inscribed in material, socioeconomic, physical, and psychological dimensions. In the education and professional domain, implications are reflected, particularly on students, families and transformed professional dynamics. Aiming to identify professional practices of school social workers and health crisis' impacts, a questionnaire is applied. The results present several constraints provoked by impositions to schools, namely the challenges of transferring and adapting to teleworking and distance learning, and the lack of answers adjusted to students and their family needs, that emerged and aggravated in this period. Conclusions point out that the present study does not exhaust the subject, suggesting future reflection and research to guarantee timely contingency plans more effective in the observance of the students and their families, mitigating the negative impacts of a crisis. The centrality of investing in prevention is emphasised, resulting in work with the community, which leads to its strengthening and sustainability for a possible emergency.

Keywords: School Social Work; Professional Practice; The Pandemic.

(1) Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre.

(2) Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Introdução

Em meados de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, observam-se os primeiros casos da COVID-19, contudo somente em janeiro de 2020 a situação é notificada a nível mundial. Em sequência o vírus ganha novas proporções em termos de contágio e surgem casos em outros países. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decreta pandemia mundial, considerando o elevado grau de contágio e o aumento do número de óbitos, numa dimensão considerável em diversas geografias do globo. (Mackenzie, 2020). “O estado de pandemia é assumido quando uma doença (epidémica) ocorre com frequência invulgar numa determinada região e por um período de tempo” (Magalhães e Machado, 2014, citados por Carvalho, 2020, p. 83).

Um ano depois, o mundo continua a vivenciar uma conjuntura de pandemia na decorrência da COVID-19. Verifica-se uma corrida da ciência num âmbito mundial para encontrar respostas para a crise sanitária, especialmente para uma vacina eficaz contra o vírus. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), registam-se 141.754.944 casos confirmados de COVID-19 no mundo, abrangendo 3.025.835 mortes e 843.014.125 doses de vacinas inoculadas desde dezembro de 2020.

De acordo com a OMS, os continentes americano e europeu contabilizam maior número de casos. Enquanto o continente americano regista 59.907.374 casos confirmados, o continente europeu regista 49.564.187 casos. (OMS, 20 de abril de 2021).

Assiste-se ao aparecimento de novas variantes do vírus, traduzindo-se em novos desafios para a ciência e em consequências transversais a todos os setores.

Os assistentes sociais constituem-se como profissionais aptos para agir em contextos de crise e pandémicos, reunindo as condições para a implementação de estratégias de efetivação da dignidade humana e justiça social. Nesta linha de argumento, o presente estudo aborda os impactos que a COVID-19 trouxe na e para a prática profissional do Serviço Social, concretamente no contexto escolar. O objetivo central consiste em analisar o impacto da COVID-19 e complementarmente em identificar os contributos e aprendizagens concretizadas no cenário pandémico, condutoras da reflexão e análise crítica direcionada para indicadores de uma abordagem/intervenção mais ajustada nestes *locais*.

O presente artigo começa por definir o conceito de COVID-19, a sua implicação para a saúde da população, as medidas que o Estado Português elegeu para combater o vírus, bem como os constrangimentos para o meio escolar, e consequentemente as práticas do assistente social.

O estudo empírico apresenta como base um inquérito aplicado, no mês de fevereiro de 2021, a vinte e um/a (21) assistentes sociais, que desempenham as suas funções no âmbito escolar. O instrumento integra perguntas abertas e fechadas, intentando captar as dinâmicas dos assistentes sociais, materializando o impacto que a atual conjuntura impôs na e para a prática do Serviço Social, com a triangulação entre as narrativas da literatura específica, dos organismos representativos da classe profissional, a nível nacional, como a Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS) e a nível internacional a Federação Internacional dos Assistentes Sociais (IFSW/FIAS), e dos profissionais que atuam diariamente no terreno.

1. O Serviço Social e a COVID-19: contexto de crise pandémica

A COVID-19 pertence a uma “família de vírus” conhecida como coronavírus, no entanto designado de SARS-CoV-2 (Mackenzie, 2020). Segundo a OMS a doença provocada por coronavírus (COVID-19) inscreve-se numa doença infecciosa. A maioria das pessoas infetadas com o vírus COVID-19 apresenta uma sintomatologia respiratória leve a moderada e recuperam sem a necessidade de um tratamento especial. Os grupos com idade avançada como os idosos, com doenças crónicas, ou com o sistema imunitário comprometido apresentam maior probabilidade de incidência gravosa em termos clínicos ao contrair a doença, enquadrados como grupos de risco. O vírus COVID-19 transmite-se, essencialmente, por meio de gotículas de saliva ou secreções nasais geradas quando uma pessoa infetada tosse ou espirra (OMS, 20 de abril de 2021). A OMS recomenda, como uma das formas de prevenir e retardar a transmissão, a lavagem das mãos e/ ou o uso frequente de um gel hidroalcoólico, e complementarmente o distanciamento social.

Dois distintos grupos podem ser percebidos perante a presença da COVID-19, o que apresenta sintomas e o assintomático. Os sintomas frequentes assemelhando-se aos de uma gripe comum centram-se nomeadamente, em tosse, febre, cefaleia, mal-estar, dificuldade em respirar e dor de garganta, porém inclui-se adicionalmente, sintomas como a perda de olfato e paladar (DGS, 2020).

A literatura (i.e. Crispim, 2020) e os organismos internacionais remetem o vírus para uma novidade, contudo, não se verifica unanimidade na forma de abordar este fenómeno. Por um lado, sublinha-se a originalidade, “SARS-CoV-2 é um vírus novo, sobre o qual não existia nenhuma informação prévia” (Crispim, 2020, p. 149), “A doença por coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada por um coronavírus descoberto recentemente” (OMS, 20 de abril de 2021). Por outro lado, parece não existir originalidade, “SARS-CoV-2, foi um nome escolhido

por um comité de virologistas expressamente para realçar que não é novo e que é semelhante ao vírus que provocou a doença SARS em 2003” (Mackenzie, 2020, p. 21).

Atendendo ao seu carácter inédito ou declinando-o, factualmente contabilizam-se os números de contágio e os números de óbitos. Por oposição, assiste-se a uma massiva produção de conhecimento científico de forma a atenuar as implicações da realidade pandémica vivenciada. A situação atual é estudada em vários âmbitos, destacando-se a saúde, a economia e o social. Consensual é que a crise sanitária tem sido causadora de graves problemas económicos, sociais e culturais, para além do manifesto caos no setor da saúde em vários países, um “tsunami” (Beth, et al, 2020).

Em Portugal, a paralisação da atividade económica, agravada durante os períodos de confinamento geral impostos, fundamentada no fecho da significativa parte dos estabelecimentos (nomeadamente comércio, restauração, educação, cultura e lazer), determinou fortes fragmentações nos variados setores de produção e, conseqüentemente, o crescimento das desigualdades económicas. Paralelamente, a adoção de novos regimes de teletrabalho e de *lay-off* conduziu, de igual modo, repercussões nestes parâmetros (Mateus, 2020). No seguimento destas conseqüências, importa aludir, às complicações do foro mental e psicológico que implicaram a sociedade em geral. Carqueja e Sousa (2020) sublinha que a conjuntura imprevisível vivida devido à epidemia, originou nos indivíduos conseqüências além do nível material e socioeconómico, também, a nível físico e psicológico, em virtude das medidas impostas (entre outros, a privação de contato social).

A pandemia conduziu a dois períodos de confinamentos gerais, o primeiro de março a abril de 2020 e o segundo de janeiro a março de 2021, que determinaram implicações para a população em geral, onde se inscrevem, naturalmente, os assistentes sociais.

A atual conjuntura impôs aos assistentes sociais um conjunto de constrangimentos para o desenvolvimento da sua prática profissional nos vários âmbitos de intervenção social. Xavier e Mito (2014) apresentam o conceito de prática profissional inserido na prática social, definida como uma categoria teórica, que possibilita a compreensão e a explicitação da constituição e das expressões do ser social e da dinâmica social na qual o assistente social se insere (Baptista, 2009, citado por Xavier e Mito, 2014). Neste sentido, a prática profissional resulta da especialização do trabalho coletivo, definida pela divisão sociotécnica do trabalho, e situando-se no campo de ação das relações sociais, com uma dimensão histórica demarcada, que se particulariza em diversos campos de trabalho vinculados ao todo social. Os autores reconhecem então que o Serviço Social desenvolve uma prática profissional que encontra fundamento para atuar na sociedade.

No setor da educação, onde o Serviço Social contribui para a promoção dos direitos (humanos/ sociais), compreende-se que a atual conjuntura comporta um impacto significativo para a comunidade escolar, bem como para os assistentes sociais desafiados a realizar ajustes nas atividades profissionais para a garantia dos direitos das crianças e jovens. (Crispim, 2020; APSS, 2020).

2. As medidas de contenção aplicadas no sistema de ensino em contexto de pandemia

Portugal passou a adotar medidas perante as orientações emanadas pela Direção Geral de Saúde (DGS) a nível global, e em linha com o discurso da OMS. Como contenção determinou-se o uso obrigatório de máscara (Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro de 2020), o distanciamento social e o limite (num número reduzido) de pessoas em vários locais e/ ou encerramento de parte dos estabelecimentos comerciais. Complementarmente, foi recomendada a lavagem e desinfecção das mãos bem como de locais e/ ou objetivos. (Vicente e Gomes, 2020).

Paralelamente, para conter o número de contágios o Estado Português adotou medidas específicas para o sistema de ensino, determinadas por Resolução do Conselho de Ministros (Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março de 2020; Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril de 2020; Decreto n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro de 2021), seguida do parecer do Centro Europeu para Prevenção e Combate às Doenças (CEPCD), recomendando aos Estados-Membros da União Europeia o encerramento imediato dos estabelecimentos de todos os graus de ensino. Porém, neste período, não obstante o encerramento das instituições de ensino, determinados estabelecimentos escolares garantem refeições aos alunos mais carenciados e acolhem filhos de profissionais da saúde e outros que desempenham funções essenciais. Perante estas medidas, o Governo procurou proteger os trabalhadores que necessitassem de permanecer em casa para apoio a filhos até 12 anos de idade, implementando faltas justificadas e apoio financeiro excecional. As medidas passaram desde a suspensão de aulas, ao ensino e trabalho remoto (teletrabalho). Neste quadro, consta-se que a modalidade de ensino à distância implica como consequência a exclusão de alunos sem acesso à internet em casa e, sem computador, representando cerca de 5% dos estudantes até aos 15 anos de idade (INE, 2019).

3. O impacto do COVID 19 na prática do assistente social em contexto escolar

O compromisso da prática do Serviço Social visa “a liberação de todos os cidadãos em situação de opressão e de vulnerabilidade social, promovendo a inclusão e a coesão social”. (IFSW, 2014). Neste sentido, a

intervenção do Serviço Social para a mudança social baseia-se na premissa de que esta ocorre ao nível da pessoa, família, grupo, comunidade ou societária, reconhecida como essencial para a mudança e desenvolvimento social. É impulsionada pela necessidade de desafiar e transformar todas as condições estruturais que contribuem para a marginalização, exclusão e opressão social. (IFSW, 2014).

Nesta linha, o assistente social interventor na área da educação, integrado numa equipa multidisciplinar, desenvolve a sua prática na observância dos direitos de alunos em situação de vulnerabilidade, seja de carácter económico e/ou social ou de aprendizagem (sem pretensão de exaustividade: dificuldade de adaptação, absentismo, insucesso escolar, exclusão). O profissional procura desenvolver um trabalho concertado junto dos alunos e das suas famílias, “Cabe ao assistente social trabalhar competências parentais para que os pais participem na educação dos filhos assumindo esta como uma responsabilidade”. (Santos, 2015, p. 19). Contudo, segundo Amaro e Pena (2018), o trabalho do Serviço Social no meio escolar estende-se além da intervenção com o aluno e a sua família. Segundo as autoras o assistente social intervém em cinco dimensões, sendo elas: alunos, família, organização (escola), comunidade e ao nível político (proposição de respostas sociais no âmbito educativo).

Página | 69

4. Metodologia

A conjuntura atual constitui um desafio para os assistentes sociais, particularmente os que inscrevem a sua prática profissional em instituições de ensino, no cumprimento da garantia dos direitos de crianças e jovens, bem como das suas famílias, no quadro das medidas sanitárias impostas para restringir o contágio da COVID-19. Neste âmbito, o presente estudo intenta dar resposta às seguintes questões de investigação: 1) *Quais os impactos que a COVID-19 trouxe para a prática do assistente social?* 2) *Como garantir os direitos dos alunos e suas famílias em contexto de pandemia e com medidas restritivas?*

A investigação conduzida pretende responder às duas indagações e contribuir para a reflexão sobre a prática profissional dos assistentes sociais em situação de crise pandémica.

Baseia-se numa abordagem mista, quantitativa e qualitativa, “O pressuposto central é o de que a interação entre as duas abordagens fornece melhores possibilidades analíticas”. (Paranhos et.al. 2016, p. 391). Fonseca (2008) refere que a metodologia quantitativa como abordagem na condução da investigação social aplica uma ciência natural usando como instrumento preferencial de investigação o questionário. Por outro lado, a abordagem qualitativa apresenta como enfoque a análise dos acontecimentos e fenómenos observáveis, a avaliação de variáveis comportamentais e/ ou socio afetivas suscetíveis de serem medidas, comparado e/ ou relativo ao desenvolvimento da investigação (Coutinho, 2015). A atual investigação define-se como descritiva, visto que pretende observar, registar e descrever as particularidades de um dado acontecimento, neste caso, a intervenção do Serviço Social no contexto escolar, no âmbito da COVID-19, desenrolado numa determinada amostra. No que diz respeito ao desenvolvimento no decurso do tempo, a investigação é qualificada como seccional, visto que ocorreu em um período de tempo particular. (Fontelles et.al., 2009).

O desenho da investigação empírica inclui a aplicação de um inquérito, com recurso à plataforma *Google Form*, integrando perguntas abertas e fechadas, dirigido a assistentes sociais a trabalhar em contexto escolar. A recolha dos dados empíricos decorreu em fevereiro de 2021.

Inicialmente, depois de construído o inquérito por questionário, procedeu-se ao envio do mesmo e realizada a recolha de dados, tornou-se necessário o tratamento das informações reunidas. Assim, no que concerne à análise do inquérito por questionário, procedeu-se à análise descritiva das questões fechadas e recorreu-se à análise de conteúdo das questões abertas.

Com vista a garantir o princípio da confidencialidade dos dados, na componente da apresentação dos resultados, as narrativas dos inquiridos estão identificadas como “AS”, sigla para “Assistente Social”, seguida de um número, correspondente à ordenação da receção dos questionários pela plataforma *Google Form*.

4.1. Perfil sociodemográfico dos assistentes sociais - caracterização da amostra

Ao caracterizar do ponto de vista sociodemográfico os 21 assistentes sociais que participaram no presente estudo, compreende-se que a idade se situa no intervalo entre os 30 e os 55 anos, marcadamente do sexo feminino (95,2%). Quanto às habilitações académicas, todos concluíram o grau de licenciatura, 1 apresenta uma pós-graduação e 3 possuem o grau de certificado de mestrado. No que diz respeito à experiência profissional, destaca-se a intervenção no âmbito da educação, seja através do Programa Escolhas, do Programa Integrado de Educação

e Formação (PIEF) e/ ou do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP). No entanto, o *currículum* reveste-se de experiências prévias em outros âmbitos de intervenção, nomeadamente: na saúde, no Rendimento Social de Inserção (RSI), em projetos de Luta Contra a Pobreza, em Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), em Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), em Associação Desenvolvimento Local, em Instituições particulares de Solidariedade Social (IPSS), e em autarquias. Quanto à dimensão da experiência profissional, varia entre os 6 meses e 19 anos de prática.

5. Resultados do estudo

5.1. As atividades profissionais no quotidiano do assistente social em contexto escolar

Considerando as práticas de intervenção desempenhadas pelos assistentes sociais no quotidiano escolar, procedeu-se ao agrupamento das atividades desenvolvidas pelos participantes, por 5 categorias: 1) atendimentos e acompanhamentos sociais; 2) apoio social; 3) atividades socioeducativas com alunos e famílias; 4) atividades de planeamento e gestão; e 5) articulação interinstitucional.

Na primeira categoria, **Atendimentos e acompanhamentos sociais**, os participantes indicaram um conjunto de atividades, mencionaram nomeadamente: acolhimento, acompanhamento e encaminhamento especializado, bem como apoio psicopedagógico.

- “Acompanhamento familiar sempre que necessário presencialmente”. (AS 6).
- “Acompanhamento social do aluno e família”. (AS 10).
- “Acompanhamento de alunos desligados, acompanhamento de famílias”. (AS 11).
- “Acompanhamento a alunos em absentismo escolar”. (AS 19).
- “Apoio psicopedagógico a alunos, dentro e fora da sala de aula; tentando dar resposta às várias necessidades detetadas; combate ao absentismo/abandono escolar”. (AS 5)

A segunda categoria, **Apoio social**, os assistentes sociais mencionam o apoio material e alimentar como uma das tarefas principais.

- “Entrega de refeições e suplementos alimentares bem como cabazes”. (AS 11).
- “Diligências inerentes a situações de risco identificadas (carência alimentar, desemprego, sem proteção social, sem os Serviços de Apoio Socioeducativo (SASE) requeridos.” (AS 9).
- “Entrega de cabazes de bens alimentares”. (AS 6).

Quanto à terceira categoria, **Atividades sócias educativas com alunos e famílias**, os participantes desenvolvem “atividades de promoção de competências pessoais e sociais, promoção de competências parentais”. (AS 8).

A quarta área referenciada pelos participantes consiste nas **Atividades de planeamento e gestão**. Neste âmbito destaca-se a preparação para a realização de diagnósticos sociais, os trabalhos de gestão, bem como os que designam “de gabinete”.

Já na quinta e última categoria, **Articulação intrainstitucional**, os participantes destacaram a articulação com os dirigentes, diretores de turma e professores, como atividades do seu quotidiano.

- “Articulação com Encarregados de Educação (ED), Diretores de Turma (DT), Professores Titulares de Turma (PTT)”. (AS 6).
- “Apoio aos Diretores de Turma no combate à indisciplina, absentismo e abandono” (AS 20).
- “Articulação com Encarregados de Educação (EE), alunos e serviços da comunidade de forma a dar resposta às necessidades”. (AS 3).

Nesta categoria também os assistentes sociais destacam a monitorização e acompanhamento conjunto de situações de risco, o encaminhamento de casos e a mediação social.

- “Articulação com rede social”. (AS 20).
- “Contacto diário com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) - monitorização situações de risco”. (AS 6).
- “Mediação, aconselhamento, atendimento a famílias, articulação com parceiros”. (AS 17).
- “Orientação famílias para outras respostas existentes”. (AS 6).

5.2. As modalidades de trabalho

Quanto às modalidades de trabalho adotadas em cenário de pandemia, verifica-se que os inquiridos combinam diferentes modalidades de trabalho, quer no domínio presencial (contacto direto com o público-alvo) quer à distância (ausência de contacto direto com o público-alvo).

Assim, da análise total das respostas, apurou-se que 42,9% dos participantes aderiram à modalidade mista. No que se refere ao teletrabalho, 38,1% estiveram à distância e 9,5% manteve o contato presencial.

Quanto à modalidade combinada, apresenta uma variação. Segundo os profissionais, permaneceram entre 15% a 96% (percentagem de tempo) de média mensal em teletrabalho.

5.3. Práticas profissionais suspensas em tempo de pandemia

Segundo os assistentes sociais que participaram no estudo, com a emergência da pandemia, determinadas práticas profissionais ficaram suspensas, o que contribuiu para o surgimento de constrangimentos. As respostas dos assistentes sociais neste âmbito foram enquadradas em 3 categorias: 1) Acompanhamento presencial; 2) atividades sócias educativas com alunos e famílias; e 3) articulação interinstitucional.

O **Acompanhamento presencial** ao aluno e à família deixou de ser realizado pela maior parte dos profissionais. Alguns profissionais relatam que foi suspenso “todo o serviço presencial com alunos, famílias e professores”. (AS 13).

- “Deixei de realizar visitas domiciliárias. (...) O contacto com os alunos.” (AS 4).
- “Acompanhamentos presenciais. Dinâmicas de turma. Promoção de competências parentais em grupo”. (AS 7).
- “A maioria dos atendimentos presenciais passaram para contacto telefónico ou videochamada”. (AS 20).
- “Atendimentos individuais regulares”. (AS 19).
- “Contacto direto com alunos, apoio a atividades organizadas pelos jovens”. (AS 21).
- “Diminuição de atendimentos presenciais”. (AS 6).
- “Impossibilidade de realizar acompanhamentos presenciais”. (AS 8).
- “Atendimentos a família presenciais, atividades lúdicas”. (AS 17).
- “Dificuldade no atendimento social presencial face às restrições na escola e ao confinamento” (AS 1).
- “Intervenção individual e em grupo /turma, atendimento às famílias, visitas”. (AS 9)

Página | 73

Segundo os participantes, e no âmbito das **Atividades socioeducativas com alunos e famílias**, “(...) não puderam ser dinamizadas. Não foram desenvolvidas pelos vários parceiros, em contexto de sala de aula, com os alunos” (AS 5) e as “sessões de informação com os encarregados de educação e alunos”. (AS 4).

Na prossecução do **Trabalho interinstitucional**, a relação do trabalho com a rede de parceiros também sofreu algumas alterações.

- “Não é possível realizar reuniões com equipas de técnicos da rede que apoia os nossos agregados familiares”. (AS 20).

- “A articulação com a comunidade foi totalmente posta de parte como uma possibilidade viável, pois põe em causa a segurança e o bem-estar deste grupo específico de alunos que vive institucionalizado”. (AS 18).

5.4. O impacto da pandemia para os alunos e suas famílias

A perceção dos assistentes sociais quanto às dificuldades sentidas pelos alunos e pelas suas famílias no atual contexto pandémico foi abordada neste estudo. De acordo com as respostas, foram listadas analisadas quatro grandes categorias, sendo estas: 1) económicas e sociais, 2) acesso a bens e serviços, 3) organização/ gestão do quotidiano, 4) gestão emocional pessoal.

A primeira categoria, quanto às dificuldades **Económicas e sociais**, a carência económica e as consequentes dificuldades de fazer face às necessidades básicas foi a mais destacada pelos assistentes sociais, presente no discurso de 13 profissionais que participaram do estudo, constrangimentos às famílias/alunos, referentes a esta categoria.

- “As dificuldades manifestadas pelas famílias foram a nível económico, uma vez que alguns encarregados de educação ficaram em situação de desemprego” (AS 7).
- “Diminuição do poder de compra. Aumento das situações de pobreza” (AS 6).
- “Alimentação, (des)emprego (...)” (AS 8).
- “(...) Carências económicas. Muitos agregados ficaram sem trabalho”. (AS 15).
- “(...) Dificuldades financeiras por desemprego de um ou dos dois progenitores, crescente número de famílias carenciadas” (AS 16).
- “Carências sociais. Vulnerabilidade” (AS 11).

Quanto à segunda categoria, o **Acesso a bens e serviços**, observa-se que 12 profissionais destacam esta questão nas suas respostas. Os participantes no estudo destacam a “dificuldade de acesso a equipamentos informáticos e Internet” e “ausência de literacia digital”. Estas questões salientadas pelos profissionais revelam uma limitação do acesso equitativo a bens e serviços. “Incapacidade dos pais para lidar com as tecnologias e/ ou assumir rotinas, incompatibilidades com o teletrabalho e o acompanhamento das aulas dos filhos (...)” (AS 16). Ainda nesta categoria dois profissionais realçaram constrangimentos no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos.

- A “ausência de resposta e fluidez de serviços externos na garantia de apoios urgentes (Segurança Social, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras -SEF, Lojas Cidadão)” (AS 21).

- “Resposta a questões administrativas e carência alimentar associado à ausência de SASE formalizados”. (AS 21).

A terceira categoria que apresenta as dificuldades das famílias/ alunos quanto à **Organização/gestão do quotidiano** destacada por 5 assistentes sociais:

- “Falta de acompanhamento parental para as atividades” (AS 4).
- “Conciliação da educação do ensino a distância com trabalho e tarefas domésticas (AS 6).
- “Organização das atividades diárias, logística” (AS 10).
- “Incapacidade dos pais para lidar com as tecnologias e/ou assumir rotinas, incompatibilidades com o teletrabalho e o acompanhamento das aulas dos filhos” (AS 15).
- “Dificuldade na gestão das rotinas (...)”. (AS 18).

No que diz respeito à quarta categoria que destaca a **Gestão emocional pessoal**, um profissional destacou:

“O grupo de alunos que eu acompanhei tinha uma particularidade, são alunos institucionalizados num centro especializado de acolhimento temporário... O contato com a família foi-lhe interdito totalmente a partir de outubro, altura em que foi declarado um foco na instituição (já antes as visitas eram mínimas). No regresso, foi notório a instabilidade emocional e psíquica dos alunos, tendo em conta que nem no Natal tiveram oportunidade de estar com os seus familiares, pese embora todas as particularidades destes jovens e respetivas famílias” (AS 14).

Página | 75

5.5. Os valores em contexto de pandemia – emergentes vs. comprometidos

Segundo a perceção dos assistentes sociais que participaram no estudo, **os princípios e valores envolvidos no contexto de pandemia** especificamente consistiram nos princípios da equidade, da igualdade, e da liberdade, e os valores humanitários e de empatia.

Os profissionais reforçaram o princípio da responsabilidade coletiva, como um dos princípios relevantes no contexto de pandemia, numa perspetiva do exercício da cidadania.

- “Do bom senso; valor da empatia e respeito pelo próximo e a entreaduda” (AS 13).
- “Valores e direitos como a transparência, integridade, respeito, responsabilidade coletiva” (AS 5).
- “Solidariedade, (des)igualdade, confiança; responsabilidade social” (AS 4).

Conforme observámos a equidade/ igualdade de oportunidades e a responsabilidade coletiva foram os princípios que marcadamente destacados no contexto de pandemia.

Os assistentes sociais destacaram complementarmente os ***direitos - dos alunos e suas famílias - envolvidos no contexto de pandemia***. Neste sentido os profissionais mencionam os direitos humanos, o direito a saúde, a educação, ao trabalho, a solidariedade, a subsidiariedade, a alimentação, as necessidades básicas/ essenciais, aos (direitos) recursos/ meios e a segurança. Perante o discurso dos inquiridos, destaca-se:

- A “garantia de direitos e o acesso a estes”. “Sobretudo acesso a cuidados de saúde”. (AS 1).
- “Garantia de que todos acedem às necessidades mais básicas. Garantia de igual acesso às aprendizagens (recursos e meios)”. (AS 8).
- “Acesso aos equipamentos e apoios necessários para a aprendizagem à distância”. (AS 9).
- “Direitos e garantias de necessidades essenciais”. (AS 6).
- “Acesso universal aos direitos ao ensino”. (AS 21).

Página | 76 **6. Discussão dos resultados**

Aos assistentes sociais integrados no contexto escolar é solicitada a provisão de mecanismos de atuação em cenários de crise e/ ou de pandemia. Apresenta-se como premente, agir e reagir perante dos desafios sociais que vão surgindo inesperadamente. É necessário definir e redefinir a prática profissional.

Neste âmbito, o presente estudo procura analisar duas questões: *Quais os impactos que a COVID-19 trouxe para a prática do assistente social? Como garantir os direitos dos alunos e suas famílias em contexto de pandemia e com medidas restritivas?*

A resposta a estas questões emerge através das perceções dos assistentes sociais que participaram na investigação. Tendo por base os resultados obtidos, e analisando descritivamente as características sociodemográficas dos 21 inquiridos, verificamos que, e dada a solidez da experiência profissional na área da educação, se inscrevem em programas, nomeadamente o Programa Escolhas, o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) e/ ou o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).

Sem lugar neste artigo e sem pretensão de exaustividade, compreende-se a escassez de dados estatísticos que possam retratar a realidade do mercado de trabalho da profissão. Não obstante, a literatura (Mendes, 2017; Mendes e Guadalupe, 2019) aponta que em Portugal

continental se identifica 112 assistentes sociais perante um total de 811 de escolas (o rácio assistente social / aluno situa-se em 1: 12.086, valores que descem para 1: 1.394³, observando concretamente as escolas que apresentam um assistente social nos seus recursos humanos).

No quotidiano, o assistente social no contexto escolar mobiliza um amplo espectro de competências/ funções. Neste domínio, a FIAS - Federação Internacional dos Assistentes Sociais (IFSW, 2014) lança o repto para que os assistentes sociais desenvolvam competências técnicas, estratégias, princípios e atividades em vários níveis. Neste sentido, considerando as diferentes práticas de intervenção desempenhadas pelos assistentes sociais no quotidiano da escola, os inqueridos destacaram, por exemplo, os atendimentos e acompanhamentos sociais, nomeadamente: acolhimento, acompanhamento e encaminhamento especializado, bem como apoio psicopedagógico. Segue-se o apoio social (questões como o apoio material e alimentar) e as atividades socioeducativas com alunos e famílias, enquadradas como umas das tarefas principais. Dinâmicas que se enquadram em “atividades de promoção de competências pessoais e sociais, promoção de competências parentais” (AS 8). Relativamente às atividades de planeamento e gestão articulam-se com a “realização de diagnósticos sociais”, “os trabalhos de gestão”, bem como os “de gabinete”.

Quanto à articulação intrainstitucional, os participantes focaram a articulação com a direção, diretores de turma e professores, enquanto atividades quotidianas. Paralelamente, identificaram a monitorização e acompanhamento conjunto em situações de risco, o encaminhamento de casos e a mediação social.

No entanto, os assistentes sociais no sentido de seguirem as orientações do Estado português (Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro de 2020; Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março de 2020; Decreto n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro de 2021), especificamente as orientações relacionadas com a segurança sanitária, depararam-se com a necessidade de se adaptar ao novo contexto de trabalho, tendencialmente numa modalidade de teletrabalho. Os participantes no estudo, quanto às modalidades de trabalho adotadas em cenário de pandemia, combinaram diferentes modalidades de trabalho, quer no domínio presencial (contacto direto com o público-alvo) quer à distância (ausência de contacto direto com o público-alvo).

A APSS (2020, p. 3) desenvolveu um conjunto de diretrizes para os assistentes sociais que adotam a modalidade de teletrabalho, tendo como princípios fundamentais,

- a) promover a saúde pública, adotando uma modalidade de trabalho de carácter excecional;

(3) No território continental um assistente social por 12.086 alunos, e particularmente nas escolas que têm assistente social, em média existe 1 AS por 1.394 alunos.

- b) manter o exercício profissional do assistente social, centrado nos atos fundamentais e de carácter emergencial, favorecendo a manutenção da continuidade das atividades e da missão das organizações;
- c) proceder à adequação dos atos profissionais do assistente social à metodologia de teletrabalho;
- d) promover a articulação com as equipas das diversas organizações de forma a agilizar as respostas às necessidades dos utentes e da rede de suporte informal;
- e) promover o distanciamento social, protegendo da pandemia os profissionais de Serviço Social, utentes e os demais profissionais, reduzindo o risco infeção.

As orientações da associação profissional (APSS, 2020) traduzem recomendações que seguem no sentido de que as alterações de metodologias de trabalho em cenário pandémico, o não determinem o cancelamento dos direitos dos cidadãos no acesso aos serviços e respostas do Serviço Social.

A evidência desta investigação indica que, com a emergência da pandemia, significativas práticas profissionais ficaram suspensas, contribuindo para o surgimento de constrangimentos. O acompanhamento presencial ao aluno e família na sua totalidade, deixou de ser realizado pela maior parte dos profissionais, e as atividades sócio educativas também ficaram comprometidas. Na relação interinstitucional, o trabalho com a rede também sofreu algumas alterações, as reuniões e a articulação com a comunidade foram suspensas.

De outro ponto de vista, encontram-se as dificuldades sentidas pelos alunos e pelas suas famílias, emergentes ou agudizadas pelo contexto pandémico. Os impactos mais evidentes centram-se em questões de ordem económica e social (nomeadamente situações de desemprego). Neste âmbito, destaca-se ainda o acesso a bens e serviços (equipamentos informáticos e Internet, a “ausência de literacia digital” e a resposta de serviços como Segurança Social, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras -SEF, Lojas Cidadão). A adaptação tecnologia impõe-se como um significativo desafio aos alunos e aos pais que os acompanham no estudo em casa. Dimensão que surpreende numa geração que parece mobilizar tecnologias quotidianamente (Castells, 2002).

O desenvolvimento tecnológico constitui-se, simultaneamente, como instrumento que viabiliza a identificação de situações de desigualdade social por um lado e por outro lado pode ser promotor da inclusão social, numa abordagem de discriminação positiva (como recurso de uma escola inclusiva). As implicações da pandemia estes públicos remetem paralelamente para as questões emocionais e psíquicas fundamentadas no isolamento social imposto.

Neste contexto pandémico estas questões ficaram mais evidentes, acentuaram ainda mais a questão das desigualdades sociais, visto que alguns alunos não têm acesso a Internet e nem computador em casa. Além disso, cria-se oportunidades do desenvolvimento do trabalho à distância e evita-se o contágio da COVID-19, mas impede o contato e a relação de proximidade, o acesso aos serviços públicos, que devem garantir os direitos dos cidadãos.

O Serviço Social, segundo a APSS (2019), estrutura-se genericamente a partir do princípio universal de promoção do Bem-Estar, e assenta em diferentes tradições do pensamento ético para fundamentar a atuação deontologicamente informada dos seus profissionais, os assistentes sociais.

Atendendo às aceleradas mudanças a que o mundo está sujeito e à complexidade da vida humana, compete ao Assistente Social contribuir para a construção de modelos sociais sustentáveis, do ponto de vista económico, social, cultural e ambiental, contribuindo para a correção das desigualdades e para a solidariedade com as gerações futuras (...). (APSS, 2019, p.3).

A abordagem segue em linha com os princípios e valores fundamentais preconizados pela Federação Internacional dos Assistente Sociais (IFSW, 2014) e pela APSS (2019), que se constituem como referencial, entre eles são centrais, a Dignidade Humana, a Liberdade e a Justiça Social.

Nesta sequência, quanto aos valores em contexto de pandemia - emergentes vs comprometidos – observámos que os assistentes sociais que participaram no estudo, os princípios e valores implicados se focam em princípios da equidade, da igualdade, e da liberdade, e os valores humanitários e de empatia, e paralelamente, o princípio da responsabilidade coletiva. Este último destacado pelos participantes unanimemente.

Os assistentes sociais também destacaram os direitos - dos alunos e suas famílias - envolvidos no contexto de pandemia. Neste sentido os profissionais mencionam os direitos humanos, o direito a saúde, a educação, ao trabalho, a solidariedade, a subsidiariedade, a alimentação, as necessidades básicas/essenciais, aos (direitos) recursos/meios e a segurança.

Santos (2015, p.18) refere que “para o assistente social na sua prática o mais importante é a pessoa”, pois segundo a autora, norteia-se sempre pelos interesses da pessoa e não de terceiros, “recorrendo a um conjunto de instrumentos que garantam os direitos do indivíduo e também a estruturas sociais com vista ao bem-estar social”, (Santos, 2015, p.18).

Considerações finais

O presente estudo abordou o impacto da COVID-19 para a prática do assistente social no contexto escolar, numa perspetiva de promoção dos direitos dos alunos e suas famílias. A metodologia utilizada na construção desta investigação permitiu a recolha de dados empíricos, dando voz ao assistente social.

A pandemia do COVID-19 impôs diversas medidas de contingência, como forma de prevenção de sua propagação, não obstante, as consequências trouxeram efeitos colaterais como o aumento do desemprego, aumento da pobreza, e principalmente, o agravamento das desigualdades sociais. Num contexto pandémico como o vivenciado, especialmente para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, os desafios tomam proporções gigantescas. Este período evidenciou lacunas na acessibilidade tecnológica para a concretização e sucesso do ensino à distância.

Apesar das dificuldades expostas neste estudo, as/ os assistentes sociais demonstraram capacidade de adaptação ao novo contexto, introduziram mudanças na organização dos serviços. Esta adaptação dos serviços permitiu dar continuidade ao acompanhamento e apoio social prestados aos alunos e suas famílias. Pode-se afirmar que apesar dos desafios impostos pela pandemia COVID-19 os profissionais procuraram minimizar os problemas sentidos pelo meio escolar, contudo, não é o suficiente para garantir a plenitude dos direitos que devem ser estendidos aos mais vulneráveis socialmente.

É importante reforçar que as necessidades sentidas pelos alunos e suas famílias, neste período, conforme apresentadas neste estudo, demandam que os decisores políticos repensem as políticas de públicas de proteção aos mais vulneráveis, principalmente em situações de crise.

Diante do exposto, a ausência ou insuficiência de respostas adequadas, impulsionadas com a emergência das situações destacadas, agravantes dos problemas sociais existentes, fez com que a prática profissional dos assistentes sociais, em contexto escolar, fosse ainda mais suscetível. Os constrangimentos foram agravados pela escassez, suspensão ou redução de serviços sociais e de recursos disponíveis. O contexto pandémico coloca em risco a garantia dos direitos (humanos/ sociais) dos alunos e de suas famílias inerentes a questões económicas e sociais.

O assistente social luta para minimizar as desigualdades sociais e garantir os direitos das crianças e jovens, assim como o de suas famílias. Este estudo não esgota o assunto e indica que sejam realizadas novas reflexões e estudos no sentido de garantir atempadamente que os planos de contingências, necessários para situações de crise, possam ser mais eficazes na

observância dos direitos dos alunos e suas famílias, com impactos mais positivos nos âmbitos económicos e sociais. Contudo, argumenta-se a premência do investimento na prevenção, por via de um trabalho junto da comunidade, fortalecendo-a de forma sustentável para possíveis contextos de pandemia.

Referências Bibliográficas

Amaro, É. (2011). *Inclusão de alunos com paralisia cerebral: percepções dos professores do 1º Ciclo, sobre a inclusão de alunos com paralisia cerebral na turma do ensino regular*. Tese de Mestrado em Necessidades Educativas Especiais - Área de Especialização em Cognição e Motricidade. Lisboa. (ISEC) - Instituto Superior de Educação e Ciências.

Amaro, M. I. e Pena, M. J. (2018). "Intervenção do SS em Meio Escolar: da tradição à inovação". In Carvalho, M. I. (coord.) (2018) *Serviço Social na Escola*. Lisboa: Pactor.

APSS - Associação dos Profissionais de Serviço Social. (2018). *Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*. Lisboa.

APSS - Associação dos Profissionais de Serviço Social. (2020). *Diretrizes de teletrabalho para assistentes sociais em situações de emergência de saúde pública*. Adaptação e Autoria de: Inês Espírito Santo Sónia Guadalupe.

Beth, A.; Ayala, J.; Hewson, J. e Letkemann, L. (2020). Canadian Reflections on the Covid-19 Pandemic in *Social Work Education: from Tsunami to Innovation*. *Social Work Education*, VOL. 39, Nº. 8.

Carqueja, E. e Sousa, C. (2020). Modelos de Intervenção Psicológica: Agir em Tempos de Crise. In Paulino, M. e Dumas-Diniz, R. (2020). *A Psicologia da Pandemia*. Lisboa: Pactor.

Carvalho, M. I. (2020). "Serviço Social em Emergência de Saúde Pública: COVID-19 In Carvalho, M. I. (2020). *Serviço Social em Emergência de Saúde Pública: COVID-19*. (1ª ed.). Lisboa: Pactor.

Castells, M. (2002). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. I, A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Coutinho, C. P. (2015) *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas - teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

Crispim, J. (2020). Estabelecimentos de educação e ensino: do regresso às (in)seguranças. In Paulino, M. e Dumas-Diniz, R. (2020). *A psicologia da pandemia. Compreender e enfrentar a COVID-19*. Lisboa: Pactor.

Decreto n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro de 2021. *Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República*. Diário da República n.º 9/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-14. Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março de 2020. *Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19*. Diário da

República n.º 52/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-13. Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril de 2020. *Estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.* Diário da República n.º 72/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-04-13. Presidência do Conselho de Ministros.

DGS- Direção Geral da Saúde. (2020). *Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por novo coronavírus (COVID-19).* Disponível em: www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/plano-nacional-de-preparacao-e-resposta-para-a-doenca-por-novo-coronavirus-COVID-19-pdf.aspx.

Fonseca, J. (2008). *Os Métodos Quantitativos na Sociologia: Dificuldades de Uma Metodologia de Investigação.* VI Congresso Nacional de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. <http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/346.pdf>.

Fontelles, M.; Simões, M.; Farias, S. H.; Fontelles, R. (2009). *Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa.* Rev. para. med ; 23(3) jul.-set. 2009. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-588477>.

IFSW- International Federation of Social Workers. (2014). *Global Definition of the Social Work.* <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/>.

INE- Instituto Nacional de Estatísticas. (2019). *Sociedade da Informação e do Conhecimento - Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Famílias.* https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=354447559&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt.

Página | 82

Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro de 2020. *Imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos.* Diário da República n.º 209/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-10-27. Assembleia da República.

Mackenzie, D. (2020). *COVID-19. A pandemia que nunca devia ter acontecido e como impedir a próxima.* Lisboa: Editorial Presença.

Mateus, A. (2020). *Crise Económica Global: Do Impacto Pandémico às Respostas Políticas e Económicas dos Governos.* In Paulino, M. e Dumas-Diniz, R. (2020). *A Psicologia da Pandemia.* Lisboa: Pactor.

Mendes, S. (2017). *A Inserção Profissional de Assistentes Sociais na Escola Pública em Portugal Continental.* Dissertação de mestrado. Instituto Miguel Torga. Disponível em <http://dspace.ismt.pt/bitstream/123456789/732/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20Sara%20Mendes.pdf>.

Mendes, S. e Guadalupe, S. (2019). *Social Work in Public Schools: Ratios of students per social worker in Portugal.* *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social* 2019 Vol. 5 (1): 61-71.

OMS- Organização Mundial da Saúde. (2021). *Coronavirus.* https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1.

Paranhos, R; Figueiredo Filho, D; Rocha, E.; Silva Júnior, J.; e Freitas, D. (2016). Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, no 42, mai/ago 2016, p. 384-411.

Santos, S. (2015). *O Serviço Social no Sistema Educativo*. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Lisboa. ISCTE-IUL. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10023/1/Final%20Thesis%20SARA%20SANTOS.pdf>.

Silva, M. e Correia, P. (2020). Abordagem Clínica: Da Gestão do Sistema de Saúde à Imunização. In Paulino, M. e Dumas-Diniz, R. (2020). *A Psicologia da Pandemia. Compreender e enfrentar a COVID 19*. Lisboa: Pactor.

Trevithick, P. (2000). *Social work skills. A practice handbook*. Philadelphia: Open University Press. <https://momentumsolutionsteam.com/catholiccharitiesLA/wp-content/uploads/Social-Work-Skills.pdf>.

Vicente, M. e Gomes, E. J. (2020). COVID-19: Uma Nova Pandemia, uma Nova Era?. In Paulino, M. e Dumas-Diniz, R. (2020). *A Psicologia da Pandemia. Compreender e enfrentar a COVID 19*. (p. 1-16). Lisboa: Pactor.

Xavier, A. e Miotto, R. (2014). *Reflexões Sobre a Prática Profissional do Assistente Social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana*. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 355 - 365, jul./dez.

Nota sobre as autoras

Tatiane Valduga

tlvaa@ipportalegre.pt

Instituto Politécnico de Portalegre

ORCID - 0000-0001-6283-9117

Ciência Vitae ID: 0E17-AD3B-93BB

Assistente social, professora adjunta do Curso de Serviço Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP).

Doutora em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil). Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE). Investigadora do projeto Ir Além – A Inclusão Social de NPT e o Desenvolvimento de Territórios de Baixa Densidade (2020-2022) cofinanciado pelo FAMI.

Joana Brinca

jbrinca@fpce.uc.pt

Universidade de Coimbra

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ORCID - 0000-0002-6724-2667

Ciência Vitae ID: F51D-C5EF-5D72

Assistente Social, Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCE) da Universidade de Coimbra. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Lusíada de Lisboa, Pós-Doutorada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, doutorada em Ciências Sociais na especialidade em Serviço Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa. Coordenadora e coautora da Coleção “Intervenção” da Editora “Edições Esgotadas”.

Elisete Diogo

elisetediogo@ipportalegre.pt

Instituto Politécnico de Portalegre

ORCID ID: 0000-0002-5303-8585

Ciência Vitae ID: 3D16-5F3F-DD07

Assistente Social, Professora Adjunta e Coordenadora da licenciatura em Serviço Social pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre. Doutorada em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa. Investigadora pelo Católica Research Centre for Individual, Family and Social Wellbeing, com interesses nomeadamente no Acolhimento Familiar de Crianças. Coordenadora do projeto Ir Além – A Inclusão Social de NPT e o Desenvolvimento de Territórios de Baixa Densidade (2020-2022) cofinanciado pelo FAMI.

Isabel Muñoz

isabel.munoz@ipportalegre.pt

Instituto Politécnico de Portalegre

ORCID - 0000-0002-7875-086X

Assistente Social, Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP). Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).